



PIBID: UMA VISÃO DENTRO DA ESCOLA CÍVICO-MILITAR IMEAB

Giovana da Rosa Mainardi¹

RESUMO

Este relato de experiência visa apresentar reflexões e percepções advindas da participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no contexto da Escola Cívico-Militar Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil (IMEAB), localizada em Ijuí, RS. Inicialmente, havia a expectativa de um ambiente marcadamente rígido e disciplinar, associado ao modelo militarizado. No entanto, a vivência prática demonstrou um equilíbrio entre a promoção de disciplina, respeito e o exercício de direitos e deveres civis, sem que isso suprimisse o papel fundamental da equipe diretiva e dos professores. O relato aborda o combate ao preconceito que associa erroneamente essas escolas à formação exclusiva de ‘soldados’, apresentando percepções positivas quanto à melhoria da conduta escolar e da socialização dos estudantes. A análise inclui também uma reflexão crítica fundamentada em autores renomados da educação, como Paulo Freire, Dermeval Saviani e José Carlos Libâneo, e destaca a importância do PIBID como ferramenta para a aproximação entre teoria e prática docente. Por fim, o relato reforça a necessidade de ampliar o debate sobre o modelo cívico-militar, valorizando a experiência cotidiana e os resultados observados na formação cidadã.

Palavras-chave: PIBID, Escola Cívico-Militar, Disciplina, Formação Cidadã, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) foi instituído pelo Ministério da Educação com o intuito de aproximar os estudantes de licenciatura da realidade

¹ Graduanda do Curso de Letras: Português e Inglês – UNIJUÍ. E-mail: giovana.mainardi@sou.unijui.edu.br





escolar, proporcionando vivências práticas acompanhadas de reflexão crítica sobre o processo de ensino-aprendizagem e o papel do professor. No contexto das escolas cívico-militares, esse programa ganha relevância ao permitir que futuros docentes compreendam as especificidades de um modelo que articula a gestão pedagógica civil com a atuação de militares na formação cidadã dos estudantes.

O modelo de escola cívico-militar no Brasil tem suas raízes em iniciativas anteriores que buscavam inserir valores como disciplina e respeito no ambiente escolar, tomando como referência instituições militares e a atuação da Polícia Militar em colégios. Com o lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2019, o modelo passou a ser difundido em âmbito nacional, suscitando debates acalorados acerca de seus benefícios e riscos para a educação pública.

De um lado, há a expectativa de que o ambiente escolar seja mais organizado, seguro e propício ao aprendizado. De outro, há preocupações legítimas sobre a possível militarização da educação, que poderia priorizar a obediência e a hierarquia em detrimento do desenvolvimento da autonomia crítica dos estudantes, conforme alertam autores como Paulo Freire (1996). Este relato se propõe a apresentar as impressões e análises advindas da atuação no PIBID no IMEAB, buscando desconstruir preconceitos e contribuir para o debate qualificado sobre a escola cívico-militar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência de caráter qualitativo, que teve como objeto de estudo o cotidiano escolar da Escola Cívico-Militar Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil (IMEAB), durante o período de atuação como bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), entre os meses de março e junho de 2025.

Para a coleta de dados, utilizou-se a observação participante, que permitiu a inserção no ambiente escolar com registro sistemático das práticas pedagógicas, das interações entre professores, militares e alunos, e das dinâmicas disciplinares presentes. O diário de campo foi o principal instrumento para o registro das impressões, reflexões e acontecimentos relevantes.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e membros da equipe diretiva, visando compreender suas percepções acerca do modelo cívico-militar e sua influência na prática pedagógica e no ambiente escolar. Esses depoimentos foram registrados por escrito, realizado documentário e analisados de forma temática.





Complementarmente, realizou-se análise documental das normas internas da escola, como o regimento escolar, planos de aula e materiais institucionais, buscando contextualizar as práticas observadas dentro do marco normativo vigente. A análise dos dados seguiu a abordagem qualitativa, com a organização dos registros em categorias temáticas, permitindo a sistematização dos achados e a construção de interpretações fundamentadas na literatura especializada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste relato de experiência fundamenta-se nas principais discussões sobre formação docente, modelos pedagógicos e o papel da disciplina no ambiente escolar, com foco na análise crítica do modelo de escola cívico-militar. Dermeval Saviani (2008) destaca que a escola deve garantir a formação integral do indivíduo, conciliando o desenvolvimento técnico-científico com a formação ética e política. Para Saviani, o projeto educativo precisa promover a autonomia do estudante e o exercício da cidadania, repudiando qualquer formato educacional que priorize a autoridade e o autoritarismo em detrimento do diálogo e da participação democrática.

Paulo Freire (1996), referência incontornável na educação crítica, reforça a necessidade de uma prática educativa que emancipe o sujeito, estimulando a reflexão e a consciência crítica. A educação, para Freire, não deve ser um ato de dominação, mas de libertação, onde professores e alunos constroem, conjuntamente, o conhecimento. Essa perspectiva serve para analisar o modelo cívico-militar, alertando para os riscos de uma disciplina que restrinja a autonomia e a criatividade dos estudantes.

José Carlos Libâneo (2012) enfatiza a importância da gestão democrática na escola como um pilar para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e participativas. Segundo o autor, o diálogo entre os diversos atores escolares — professores, alunos, gestores e comunidade — é fundamental para que a escola cumpra seu papel social, superando práticas burocráticas e autoritárias.

No contexto das escolas cívico-militares, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019) propõe uma articulação entre a disciplina e o respeito aos direitos civis, sob a supervisão compartilhada entre a equipe pedagógica e os militares. Este modelo pretende resgatar valores como respeito, responsabilidade e cidadania, ao mesmo tempo em que mantém a ordem e a segurança no ambiente escolar.





Contudo, o debate público e acadêmico sobre a militarização da escola é marcado por controvérsias. Pesquisadores como Gatto (2017) e Ribeiro (2020) apontam que a ênfase excessiva na disciplina e na hierarquia pode gerar um ambiente opressivo, limitando o desenvolvimento da autonomia dos estudantes e reforçando modelos de obediência cega. Por outro lado, reportagens recentes (FOLHA DE S. PAULO, 2023; ESTADÃO, 2022) indicam que, em algumas comunidades, a implantação do modelo cívico-militar tem contribuído para a melhoria da organização e da convivência escolar, evidenciando a necessidade de análises equilibradas e baseadas em evidências empíricas.

Corroborando com o diálogo entre essas diferentes perspectivas para compreender a prática pedagógica no IMEAB, buscando evidenciar que a disciplina e a formação cidadã podem coexistir quando há um compromisso ético e pedagógico claro, respeitando o papel dos professores e promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percepção inicial e desconstrução de preconceitos

Inicialmente, a expectativa da pesquisadora era de um ambiente escolar excessivamente rígido, com práticas autoritárias típicas do modelo militar. Contudo, as observações e interações registradas no diário de campo evidenciaram uma realidade mais complexa. A rotina escolar apresentava regras claras e disciplina, porém mediadas por diálogo e respeito mútuo, o que contribuiu para a desconstrução do estigma de que escolas cívico-militares formam “soldados” no sentido estrito. Essa percepção inicial e sua revisão corroboram as reflexões de Freire (1996) sobre a importância de não julgar contextos educacionais sem contato direto e crítico.

Observou-se que a presença dos militares na escola está alinhada a ações que promovem o conhecimento dos direitos e deveres civis, ressaltando o papel cidadão do estudante. Em parceria com a equipe pedagógica, os militares colaboram para que a disciplina funcione como instrumento de organização e respeito, e não como imposição autoritária. Tal abordagem ecoa o que Saviani (2008) propõe sobre a escola como espaço de formação integral, que deve articular ordem e autonomia. Além disso, o modelo do IMEAB reflete a diretriz do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019), que recomenda o trabalho conjunto entre educadores civis e militares para garantir um ambiente equilibrado.

Os dados empíricos indicam melhora significativa na pontualidade, organização pessoal e coletiva, bem como na convivência social entre os alunos. A integração entre o rigor





disciplinar e as práticas pedagógicas humanizadas favoreceu um ambiente propício à aprendizagem, com menos ocorrências de conflitos e maior engajamento nas atividades escolares. Essa constatação está em consonância com estudos recentes que apontam para os benefícios do modelo cívico-militar quando implementado com respeito às competências pedagógicas (FOLHA DE S. PAULO, 2023).

Apesar dos avanços, o relato identificou desafios, especialmente no que tange à necessidade de maior diálogo entre escola e comunidade, para que os valores e objetivos do modelo sejam plenamente compreendidos e aceitos. A resistência e o preconceito ainda presentes na sociedade refletem a importância de pesquisas que promovam a reflexão e o debate fundamentado. Libâneo (2012) enfatiza que a gestão democrática e participativa é fundamental para superar estigmas e fortalecer o projeto educativo.

Em síntese, os resultados apontam que o modelo adotado pelo IMEAB, quando alinhado a uma gestão pedagógica democrática e à participação efetiva dos professores, pode conciliar disciplina e formação cidadã, afastando os riscos da militarização autoritária e contribuindo para um ambiente escolar organizado, respeitoso e inclusivo.

Apesar dos avanços observados no IMEAB, a implementação do modelo cívico-militar ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destaca-se a necessidade de fortalecer o diálogo com as famílias e a comunidade local, a fim de construir uma compreensão compartilhada dos objetivos pedagógicos e da importância do equilíbrio entre disciplina e autonomia. A resistência inicial e o preconceito social em relação ao modelo refletem uma lacuna de informação e de experiências bem-sucedidas que possam servir de referência.

Outro desafio relevante está relacionado à formação e capacitação contínua dos profissionais envolvidos, especialmente no que tange à integração pedagógica entre os militares e os professores civis. Para que a disciplina seja um elemento que potencialize o desenvolvimento integral do estudante, é imprescindível que os militares compreendam as especificidades da educação democrática e participativa, conforme apontam Libâneo (2012) e Saviani (2008).

Por fim, a sustentabilidade do modelo depende do investimento em políticas públicas que garantam não apenas infraestrutura e recursos, mas também suporte técnico e pedagógico, assegurando que as práticas implementadas estejam alinhadas com os princípios da educação pública de qualidade e inclusiva. Nesse sentido, futuras pesquisas devem investigar os efeitos longitudinais do modelo, a participação da comunidade escolar e os impactos no desempenho acadêmico e social dos estudantes.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

Este relato de experiência evidenciou que a participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no contexto da escola cívico-militar IMEAB possibilitou uma compreensão ampliada e crítica sobre esse modelo educacional. Contrariando a visão inicial pautada em estereótipos de rigidez excessiva e militarização autoritária, a vivência mostrou que a disciplina pode ser exercida de forma equilibrada, articulando o respeito aos direitos civis e a participação efetiva dos estudantes.

A integração colaborativa entre a equipe diretiva, os professores e os militares se configuraram como um diferencial para a promoção de um ambiente escolar mais organizado, seguro e favorável à socialização e ao aprendizado. Esse aspecto reforça a importância da gestão democrática e do diálogo, princípios que devem nortear a implementação de qualquer modelo educacional, conforme enfatizado por autores como Libâneo (2012) e Saviani (2008).

Além disso, o relato destacou a relevância do PIBID como instrumento que aproxima a formação teórica dos futuros docentes da realidade concreta das escolas, especialmente em contextos inovadores e controversos, como o das escolas cívico-militares. Essa experiência contribui para a formação crítica e reflexiva do professor, essencial para a prática pedagógica de qualidade.

Por fim, abre-se espaço para futuras pesquisas que aprofundem a análise dos impactos do modelo cívico-militar na aprendizagem, no desenvolvimento social e na construção da cidadania dos estudantes. É fundamental que esses estudos considerem diferentes contextos regionais e dialoguem com as comunidades escolares para subsidiar políticas públicas educacionais mais eficazes e inclusivas. O debate qualificado e fundamentado é indispensável para que a educação pública caminhe na direção da formação integral, respeitando as diversidades e promovendo a autonomia crítica dos sujeitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), que, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), proporcionou o suporte financeiro, acadêmico e estrutural necessário para a realização desta experiência formativa. O compromisso da instituição com a formação de





professores qualificados e a aproximação da teoria com a prática foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Registro também minha profunda gratidão ao Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil (IMEAB), que abriu suas portas e acolheu este projeto com receptividade e profissionalismo. A oportunidade de conhecer o funcionamento de uma escola cívico-militar, bem como de acompanhar suas rotinas pedagógicas e administrativas, enriqueceu sobremaneira minha compreensão sobre os desafios e as potencialidades desse modelo educacional.

Aos coordenadores do PIBID, agradeço pela orientação dedicada, pelo acompanhamento constante e pelo estímulo à reflexão crítica ao longo de toda a trajetória. Seu comprometimento foi essencial para que as atividades fossem realizadas com rigor e profundidade.

Expresso, ainda, minha sincera gratidão às professoras supervisoras do IMEAB, que, com generosidade e paciência, compartilharam seus conhecimentos, vivências e práticas pedagógicas. Sua colaboração foi decisiva para o êxito desta experiência, oferecendo suporte direto e acompanhamento pedagógico imprescindíveis à formação inicial docente.

Por fim, agradeço a todos os alunos e demais profissionais da escola que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este relato fosse possível, demonstrando a importância do trabalho coletivo e do engajamento na construção de uma educação pública de qualidade.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. et al. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/programa-nacional-das-escolas-civico-militares>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. **Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas**. E-Mosaicos, v. 7, p. 3-25, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização e gestão democrática da escola pública: desafios e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.





SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

FOLHA DE S. PAULO. **Escolas cívico-militares melhoram organização e disciplina em unidades públicas, aponta estudo**. São Paulo, 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/educacao/2023/03/escolas-civico-militares-melhoram-organizacao-e-disciplina-em-unidades-publicas-aponta-estudo.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2025.

ESTADÃO. **Modelo cívico-militar cresce nas escolas públicas, mas gera polêmica entre educadores**. São Paulo, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,modelo-civico-militar-cresce-nas-escolas-publicas-mas-gera-polemica-entre-educadores,70003945619>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GATTO, J. D. A. **Militarização da escola pública: riscos e desafios para a educação democrática**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 22, p. e220020, 2017.

RIBEIRO, M. C. C. **As escolas cívico-militares e a tensão entre disciplina e autonomia no ambiente escolar**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 41, n. 147, e210427, 2020.

